

Editorial

O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes do Centro Universitário Feevale está entregando à comunidade acadêmica o segundo número da sua revista *Prâksis*. Este número tem como tema específico as relações entre Educação, Cultura e Trabalho, ao qual se articulam seis dos artigos aqui publicados, respondendo os demais à chamada de demanda espontânea, os quais, embora de forma mediata, não deixam de se articular à temática central desta publicação.

A escolha desta temática, pelo ICHLA, não poderia ser mais adequada, dada a relevância do tema, mas também dadas as condições de precarização a que vem sendo submetidos os trabalhadores da região, em face do progressivo desmonte do setor coureiro-calçadista, atividade econômica dominante no Vale do Rio dos Sinos, em consequência do processo de globalização da economia, cujos impactos têm se feito sentir de forma cada vez mais intensa.

O avanço da China nos mercados que foram sendo conquistados pela região ao longo dos anos, e inclusive sobre o mercado brasileiro, em decorrência da combinação entre investimentos estatais em tecnologia e baixo custo de uma mão de obra fortemente explorada e sem garantia de direitos, articulada às políticas cambial e fiscal brasileira, à qual agora se soma o Rio Grande do Sul com a eliminação de subsídios e com elevação de tributação, já causou, até maio de 2005, o fechamento de 10.800 postos de trabalho, havendo a previsão de integralizar 23.000 até o final do ano.¹

Desempregados, os trabalhadores tendem a se submeter a formas cada vez mais desqualificadas de trabalho para assegurar condições mínimas de sobrevivência, processo que inclui as crianças, os jovens, os incapacitados para o trabalho formal e os idosos, particularmente através de jornadas domiciliares, que a prática do setor não só permite, pelo caráter artesanal de algumas etapas do processo produtivo, mas estimula, uma vez que a diminuição do custo da mão-de-obra permite melhor competir no mercado internacional. Neste sentido, a cadeia está imersa em uma profunda contradição, como são as contradições que estruturam o modo de produção capitalista: o preço de permanecer no mercado é a intensificação do consumo predatório da força de trabalho, que acaba por se submeter a este processo, abrindo mão da defesa dos seus direitos como estratégia de sobrevivência.

As pesquisas vêm mostrando, contudo, que os trabalhadores e trabalhadoras da região, conscientes dos limites cada vez mais impostos à inserção no mercado de trabalho formal no setor coureiro-calçadista, têm buscado com todos os sacrifícios, assegurar a inserção e a permanência dos seus filhos na escola, como estratégia de resistência, na expectativa de que não sigam a trajetória laboral dos pais. O sistema público, por sua vez, tem respondido à altura a esta expectativa, ofertando escolarização básica de qualidade; nas entrevistas que venho realizando na região², os jovens trabalhadores, em número significativo, estão cursando o ensino médio regular com a expectativa do ingresso no ensino superior para “*não ser costureira como minha mãe*”. Para concretizar este propósito, justificam o trabalho precarizado, inclusive o domiciliar, pois tudo vale para conseguir recursos para continuar os estudos, e então mudar de vida.

A grande questão que se põe, para os pesquisadores, além de melhor compreender as relações entre educação, cultura e trabalho, é como lidar com os limites impostos pelo capitalismo a esta forma de resistência, uma vez que a inserção no mercado de trabalho de forma menos precarizada não depende exclusivamente da aquisição de patamares mais elevados de qualificação, mas sim da oferta de postos de trabalho, o que a globalização da economia vem inviabilizando de forma crescente, dadas as características do próprio capitalismo. E, de quebra, não desvalorizar a educação, e neste sentido, acabar com as esperanças destes trabalhadores e trabalhadoras, a quem restaria o imobilismo ou a aposta no “quanto pior melhor”.

Compreender a categoria *princípio educativo* como o resultado da articulação entre trabalho, educação e

¹ Jornal NH, 19/08/2005, p. 19.

² *Inclusão excludente: a pedagogia do trabalho na acumulação flexível*. Pesquisa que vem sendo realizada pela autora com o apoio do CNPQ e da Feevale.

cultura, tomando-a como fio condutor de análise dos dados empíricos, pode oferecer elementos importantes para o enfrentamento desta questão. Esta opção teórico-metodológica implica em reconhecer que cada sociedade, em cada modo de produção e regimes de acumulação, dispõe de formas próprias de educação que correspondem às demandas de cada grupo e das funções que lhes cabe desempenhar na divisão social e técnica do trabalho. O exercício destas funções não se restringe ao caráter produtivo, mas abrange todas as dimensões comportamentais, ideológicas e normativas que lhe são próprias, elaborando a escola sua proposta pedagógica a partir das demandas sociais.

A partir desta categoria, portanto, evidencia-se o estabelecimento da relação dialética entre bases materiais de produção, cultura e educação. É preciso, contudo, tomar alguns cuidados: tomar o trabalho como princípio educativo não significa sucumbir às propostas que articulam escola e produção ou à proposta das escolas ativas. Pelo contrário, como afirmei em outro texto, *a finalidade da escola que unifica cultura e trabalho é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que articulem à sua capacidade produtiva as capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige*.³

Ao fazer esta afirmação, me referia à escola única do trabalho como a proposta a ser defendida a partir da ótica dos trabalhadores, com base em Gramsci: *a escola unitária, ou de formação humanista...ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa*.⁴

Concebida desta forma, a escola única, elementar e média, propiciaria uma sólida formação geral inicial que proporcionaria à criança e ao jovem um desenvolvimento amplo e harmonioso que lhe conferiria a capacidade de trabalhar intelectual e praticamente. Na primeira etapa, hoje correspondente ao ensino fundamental, a escola deveria propiciar a aquisição das habilidades básicas necessárias à apropriação da cultura: ler, escrever, calcular, situar-se histórica e geograficamente, bem como o desenvolvimento das primeiras noções de Estado e Sociedade, sob a forma de direitos e deveres. Tudo isto, contudo, com uma diferença: iniciar a conformação de uma nova concepção de mundo que superasse a concepção burguesa.

Já o nível médio constituir-se-ia em fase transitória de fundamental importância para a formação da autodisciplina intelectual e da autonomia moral, valores fundamentais para a constituição da nova sociedade, e base necessária para a especialização posterior, tanto na Universidade quanto no processo produtivo. Nesta fase, outra orientação seria necessária, em substituição ao dogmatismo da fase anterior: a que possibilitasse o trabalho criador, predominantemente autônomo e independente, que se desenvolveria em bibliotecas e laboratórios, através de seminários e debates.

Esta concepção conduz ao conceito de politécnica, que, como afirma Saviani⁵, toma como pressuposto a possibilidade de que o processo de trabalho se desenvolva de modo a assegurar a indissociabilidade entre atividades manuais e intelectuais. Esta concepção encontra suporte em Gramsci, que, ao apontar o trabalho como princípio educativo, afirma não existir, no trabalho humano, a possibilidade de dissociação entre o trabalho manual e o intelectual, à medida que, mesmo no trabalho físico mais brutal e repetitivo, o pensamento se faz presente.

É este caráter indissociável entre o trabalho manual e o intelectual, entre a prática, a partir da qual se constrói a teoria, que por sua vez tem poder para transformar, mesmo que parcialmente a prática, que é apontado por Gramsci como a possibilidade de superar tanto posições imobilistas que apontam a inexorabilidade do capitalismo que usa o conhecimento como estratégia para criação do valor, quanto as posições ingênuas que acreditam ser possível mudar a sociedade através apenas da educação. Este autor aponta a saída para este impasse, ao afirmar que o conhecimento, enquanto produção humana parcial e historicamente determinada, também é uma superestrutura, uma ideologia, mas que ocupa um lugar privilegiado, em decorrência de sua possibilidade de provocar modificações sobre a infraestrutura.

Dada a esta relativa autonomia das superestruturas em relação à infraestrutura, é possível aceitar a possibilidade de determinar uma mudança qualitativa na trajetória de desenvolvimento do conhecimento para atender a outras finalidades, mesmo no âmbito do capitalismo.

³ KUENZER, A. *Ensino de 2º. Grau; o trabalho como princípio educativo*. São Paulo, Cortez, 1988, p. 126

⁴ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968 p. 121

⁵ SAVIANI, D. *O Choque Teórico da Politécnica*. Revista Trabalho, Educação e Saúde- Volume 1, número 1, março de 2003

Assim, a mudança da base econômica não seria, portanto, a única condição para o surgimento de conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico coerente com a direção do processo de transformação da superestrutura em curso, sendo este também resultante das lutas políticas que se desenrolam a partir da criação de espaços de participação no poder pelos representantes da classe trabalhadora.

Isto é possível porque, em face das contradições entre capital e trabalho, embora o conhecimento se desenvolva a partir da lógica da acumulação, ele possui características específicas que não são diretamente assimiláveis aos valores capitalistas, o que lhes garante uma autonomia relativa e mesmo alguma independência em relação ao Estado e aos detentores dos meios de produção. Ou seja, o conhecimento, pela sua dimensão de trabalho não-material que se articula à atividade prática, não é passível de submissão plena à lógica mercantil, podendo portando, ser um dos elementos importantes para a sua negação, no sentido da construção de uma outra sociedade, mais justa e igualitária.

Em assim sendo, a posse do conhecimento científico e tecnológico pelos trabalhadores e a sua participação nos espaços decisórios que definem as políticas públicas, podem criar as condições necessárias para que se inicie um processo de reorientação no sentido de antecipar demandas da sociedade que não encontram possibilidade de serem satisfeitas dada à atual correlação de forças políticas.

Talvez, como resultado de sua situação de exploração, a classe trabalhadora, ao defender tão arduamente educação de qualidade para seus filhos, seja levada a intuir esta possibilidade; cabe a nós, profissionais e pesquisadores da educação, avançar, com a sua participação, na compreensão das formas de articulação entre educação, cultura e trabalho, somando nossos esforços às suas lutas.

Os artigos aqui publicados, guardadas as suas especificidades, fazem parte deste esforço. Assim é que Zucchetti vai revisitar os diferentes sentidos atribuídos à categoria trabalho, revelando sua historicidade e heterogeneidade quando analisada sob as perspectivas de conceito, valor e formação; Cassel, Moreira e Ziliotto, buscam explicitar a concepção de trabalho presente na cultura alemã, que prega a dignidade do ser humano através do labor, articulando-a à crise do trabalho em curso na região; Barrio apresenta uma experiência socioeducativa destinada à inserção laboral de coletivos com baixa qualificação e risco de exclusão social; Cabral discute as possibilidades de inclusão presentes na economia solidária, compreendida em sua dimensão mais ampla, não só de princípio produtivo, mas de princípio educativo, enquanto ação pedagógica emancipatória politicamente comprometida; Ziliotto propõe-se a analisar criticamente o percurso da Psicologia Organizacional através de sua produção acadêmica, indicando os impasses e os efeitos de sua práxis, buscando elucidar, a partir das contradições, as sua contribuição possível.

Em seguida, temos os trabalhos de Dresch, que toma como foco a experiência vivida em Porto Alegre no âmbito da proposta de Cidade Educadora, como espaço de construção da democracia; Grill examina a dinâmica de constituição, de transmissão e apropriação do patrimônio político representado pelo trabalhismo gaúcho; Lokmann, Klein e Mayboroda apresentam os resultados de pesquisa realizada em uma escola para alunos surdos, que investigou as relações entre poder e saber no currículo escolar, através de suas implicações na prática docente; Barbosa toma como objeto a nova proposta trazida pelas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores em cursos de licenciatura, tendo em vista as novas demandas do mundo do trabalho; Travaglia discute a relação entre o ensino de língua materna, mais especificamente entre o ensino de sua gramática e o estabelecimento de identidade lingüística de indivíduos, de grupos e mesmo de nacionalidades; Adams analisa a peça *Esperando Godot*, de Samuel Beckett, sob a luz da teoria de Goldmann, que emprega a noção de homologia entre a obra e a realidade.

Como os leitores podem antever, temos uma sucessão de bons artigos pela frente, a estimular nossas práticas pedagógicas no sentido da articulação entre educação, cultura e trabalho.

Boa leitura!

Acacia Zeneida Kuenzer

Curitiba, setembro de 2005